

**F U N D A Ç Ã O  
GETULIO VARGAS**

**EPGE**

Escola de Pós-Graduação  
em Economia

Ensaaios Econômicos

Escola de

Pós-Graduação

em Economia

da Fundação

Getulio Vargas

Nº 355

ISSN 0104-8910

**Economia Regional, Crescimento Econômico  
e Desigualdade Regional de Renda**

Samuel de Abreu Pessoa

Março de 1999

URL: <http://hdl.handle.net/10438/448>

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Diretor Geral: Renato Fragelli Cardoso

Diretor de Ensino: Luis Henrique Bertolino Braido

Diretor de Pesquisa: João Victor Issler

Diretor de Publicações Científicas: Ricardo de Oliveira Cavalcanti

de Abreu Pessoa, Samuel  
Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade  
Regional de Renda/ Samuel de Abreu Pessoa - Rio de Janeiro :  
FGV,EPGE, 2010  
(Ensaio Econômico; 355)

Inclui bibliografia.

CDD-330

# Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade Regional de Renda

Samuel de Abreu Pessoa

Fundação Getúlio Vargas – R. J.  
Escola de Pós Graduação em Economia (EPGE)  
Praia de Botafogo, 190 – sala 1125  
Botafogo - 22253 - 900  
Tel.: (021) 536-9246  
Endereço eletrônico: pessoa@fgv.br

Primeira versão: Janeiro de 1998  
Esta versão: Março de 1999

No último fascículo da *Revista Econômica do Nordeste*<sup>1</sup> foi republicado o documento que serviu de base para a elaboração das políticas da região, bem como para a criação da SUDENE. Aproveitando a oportunidade da publicação do “Documento GTDN”<sup>2</sup> o objetivo desta nota é explicitar e elaborar a diferença que há entre o problema regional e a questão do crescimento econômico.

Há dois enfoques do problema da desigualdade de renda. Uma forma de pensar o problema da desigualdade regional de renda refere-se à diferença de renda *per capita* entre regiões. Neste enfoque deseja-se investigar e propor políticas que reduzam as diferenças de renda *per capita* entre regiões. Outra questão é o problema da concentração da produção. É comum a produção não ser distribuída uniformemente entre as regiões. Neste caso há desigualdade na renda absoluta de cada região: em geral uma região pequena e altamente industrializada produz uma fração substancial do PIB nacional.

Os dois problemas são muito distintos, demandando políticas diferentes. Em particular, não é muito claro o porquê do problema da concentração produtiva ser considerado um problema. A diferença básica entre uma economia regional e uma economia nacional é a mobilidade do fator trabalho. Há grande mobilidade do capital entre economias nacionais: o capital é internacionalmente móvel. Entre regiões de uma mesma economia nacional há mobilidade do capital e mobilidade da mão-de-obra.

---

<sup>1</sup> *Revista Econômica do Nordeste*, Volume 28, número 4, Out/Dez 97.

<sup>2</sup> Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

Desconsiderando alguns períodos em que houve expressiva mobilidade internacional da mão-de-obra - fim do século XIX e início do século XX -, a principal distinção entre uma economia nacional no mundo, de uma região no interior de uma economia nacional é a mobilidade da mão-de-obra em uma economia nacional.

Com mobilidade perfeita de mão-de-obra, se esta tiver as mesmas características nas diversas regiões, não pode haver diferença de renda *per capita* entre as regiões. Qualquer diferencial seria eliminado por meio de migração. Poderíamos até imaginar que, por algum motivo, houvesse diferença na infra-estrutura das regiões entre si. Por exemplo, que uma região fosse muito mais bem servida de portos e estradas do que a outra. Esta maior oferta de infra-estrutura elevaria a produtividade da mão-de-obra, elevando os salários e, portanto, a renda *per capita*. Mesmo assim, se o fator trabalho for igualmente produtivo a migração reduziria a oferta de trabalho na região em que há menor oferta de infra-estrutura até os salários igualizarem-se. Esta região seria menos populosa, mas a renda *per capita* do setor privado, exclusive renda do governo na forma de remuneração da infra-estrutura, não seria diferente entre regiões.<sup>3</sup>

A moral desta história é que a mobilidade do trabalho produz uma grande força igualizadora das rendas *per capita* entre as regiões. É possível afirmar-se que a mobilidade seja imperfeita. Ninguém disputaria esta proposição. O mais difícil é justificar que a imperfeição da mobilidade espacial de mão-de-obra consiga impedir que diferenciais de renda substanciais não sejam eliminados. Teoricamente, é possível argumentar que imperfeições na mobilidade consigam reduzir a velocidade de ajustamento, mas não impedir eternamente que o ajustamento se dê.<sup>4</sup> De fato, não há motivo para que uma possibilidade de arbitragem nunca seja explorada<sup>5</sup>.

Por outro lado, para avaliar a mobilidade espacial do mercado de trabalho no Brasil pode-se recorrer à evidência empírica. Savedoff (1990) conclui que “(...) a categoria região metropolitana explica 2,8% da variação do log dos rendimentos.”(p. 544) Observa-se diferenciais de salários significativos entre regiões metropolitanas, mas estes são quantitativamente de ordem de grandeza muito inferior às diferenças de renda *per capita* entre as regiões. Trabalhando com os dados de Savedoff, Barros e Mendonça (1997) mostram que estes diferenciais variam de -9.9% para Belém até 25,4% para Curitiba, como desvio da média. Estes números, comparados com os diferenciais de até

---

<sup>3</sup> Em verdade a renda pode ser diferente entre regiões se a propriedade sobre o capital estiver concentrada nos residentes desta ou daquela região. No entanto, o produto *per capita* será o mesmo independentemente da distribuição da propriedade sobre o capital.

<sup>4</sup> Há dois tipos de imperfeições à mobilidade de fatores: fricção estática e fricção dinâmica. A fricção dinâmica é algum custo que depende da velocidade de ajustamento, que, portanto, desaparece quando o fluxo migratório encerrar-se. Este tipo de imperfeição impede que o ajustamento seja instantâneo, mas não impede que este ocorra. A fricção estática é algum custo fixo que tem que ser pago ao migrar-se. Esta imperfeição impede a completa igualização dos rendimentos: neste caso, a diferença em valor presente de rendimentos entre as regiões pode, no máximo, ser igual a este custo fixo.

<sup>5</sup> Para uma revisão dos modelos de crescimento com mobilidade de trabalho ver Barro e Xavier Sala-I-Martin (1995), capítulo 9. Estes modelos são versões do modelo neoclássico com mobilidade de ambos os fatores. Apesar de compartilhar com alguns pesquisadores a opinião de que o modelo neoclássico seja o modelo correto para avaliar questões relativas à diferenciais de renda entre economias e/ou entre regiões de uma mesma economia, uma versão do modelo endógeno Uzawa-Lucas com externalidade, também mostra que a mobilidade de mão de obra elimina diferenciais de renda entre regiões. Ver Razin e Yuen (1997). Agradeço a referência à Rozane Bezerra de Siqueira.

600% que se observam entre a renda *per capita* de Estados, são desprezíveis. Como observado por Savedoff, eles também são desprezíveis para explicar a péssima distribuição de salários da economia brasileira. Por outro lado, é possível que estes diferenciais sejam próximos, em valor presente, ao custo fixo de mudar de local de residência. Também pode-se argumentar que para algumas cidades este diferencial revela amenidades e serviços que a cidade oferece.<sup>6</sup> Em todo caso, mesmo não trabalhando de forma perfeita, a segmentação regional do mercado de trabalho não explica os diferenciais de renda observados. Do ponto de vista dos diferenciais de renda entre os Estados brasileiros, o mercado de trabalho funciona bastante bem.

Assim, tanto teórica como empiricamente não parece haver fundamento na existência de um problema regional. Os diferenciais de renda *per capita* entre as regiões existem por características dos indivíduos que moram na região e não por características da região. Assim, parece-me que a política tem que ser focada no indivíduo e não na região. Estas características podem ter sido geradas na região. Mas encontram-se ‘embutidas’ nas pessoas: por exemplo, se a qualidade do ensino público for pior nas regiões pobres isto produzirá menor e pior qualificação da mão-de-obra formada nesta região<sup>7</sup>. De fato, para este problema uma política de subsídios à indústria não parece ser a melhor recomendação!

Resta o problema da concentração da produção. Este sim não constitui problema de crescimento ou desenvolvimento, mas constitui genuíno problema regional. Teoricamente, é bastante simples gerar modelos de concentração produtiva. Em excelente trabalho, Krugman (1991) nos oferece alguns exemplos. Em geral economias de aglomeração desempenham papel importante para concentrar a produção, enquanto que custos de transporte constitui força contrária. Se estes custos forem baixos, pode haver um equilíbrio com um centro e uma periferia.<sup>8</sup> No entanto, a renda dos indivíduos no centro e na periferia serão iguais. Se o centro for muito apertado, de forma que a congestão dos bens públicos e a falta de espaço em geral acarretem desutilidade aos indivíduos, não haverá igualização dos salários, mas sim do bem-estar.<sup>9</sup> Segue a indagação: qual é, neste caso, o problema regional? Qual é o problema de haver concentração produtiva? Do ponto de vista econômico não há problema, a menos que no centro esteja havendo deseconomias de escala. Portanto, em geral, políticas de desenvolvimento regional são indicadas em função de algum motivo não econômico. Evidentemente, ao adotar uma política de desenvolvimento regional é preciso que fique bem claro o motivo extra-econômico que a sustenta.

Um possível motivo não econômico para justificar uma política de desconcentração regional é que, eventualmente, dada a base física de uma região, se não houver desconcentração produtiva, criando-se um pólo industrial na região, por exemplo,

---

<sup>6</sup> Caso notório é a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, resta a dificuldade de explicar este diferencial pelo lado da demanda de trabalho.

<sup>7</sup> Barros e Lam (1996), pg. 337-366 mostram que a educação de um jovem aos quatorze anos em São Paulo é maior do que no Nordeste, mesmo controlando-se para a educação dos pais. Isto é, famílias com o mesmo *background* familiar, educarão de forma diferente seus filhos dependendo da região de moradia. Isto pode ser uma indicação que a qualidade do sistema educacional no nordeste seja inferior, demandando políticas específicas que corrijam esta deficiência.

<sup>8</sup> Ver Krugman (1991), primeiro capítulo.

<sup>9</sup> Neste caso os salários mais elevados do centro urbano compensarão estes desconfortos.

a região não teria capacidade de sustentar uma grande população, isto é, a densidade populacional teria que ser baixa ou a região seria condenada à miséria. Parece ser esta a preocupação de Celso Furtado, no GTDN,<sup>10</sup> quando escreveu: “*Caso se demonstre que a solução é inviável [a industrialização], não restaria ao nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda.*”<sup>11</sup> De outra forma, se houver um grande ganho de dotação de educação que capacite a população nordestina tão ou mais qualificada do que a média da população brasileira haveria um grande fluxo migratório e o nordeste despovoar-se-ia. Esta parece ser o pesadelo de Celso Furtado. No entanto, não está claro que tal ocorreria desta forma. Dado o custo fixo da migração, é possível que, uma vez dotado de uma mão de obra bastante qualificada, as indústrias para lá decidam ir. Em economia regional faz sentido esta afirmação, pois acredita-se que a mobilidade do capital seja maior do que do trabalho, dito de outra forma que o custo de deslocamento do trabalho seja maior.<sup>12</sup>

Outro aspecto que não tem sido muito enfatizado é que não é obrigatoriamente verdade que política de desconcentração produtiva implique em política de melhora da distribuição interpessoal da renda. Talvez o maior problema da economia brasileira seja a concentração interpessoal da renda. É possível melhorar a distribuição regional da renda piorando a distribuição interpessoal de renda: basta retirar recursos dos pobres que vivem na região rica e transferi-los aos ricos que vivem na região pobre. Por outro lado, este risco não existe em uma política redistributiva entre pessoas que não discrimine por regiões. Quando se tira de pessoas ricas, esteja elas onde estiverem, para transferir a pessoas pobres, esteja elas onde estiverem, faz-se automaticamente redistribuição regional de renda: a região rica por ter um número maior de ricos cede mais recursos, o inverso ocorrendo com a região pobre.

Assim inicia Celso Furtado o GTDN: “*A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do País constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional.*”<sup>13</sup> Nesta frase eleva-se **região** a uma categoria independente de análise: independente das pessoas que nela vivem. Como se fosse possível abstrair os indivíduos da região. Por que o problema regional é mais grave do que a pobreza dos indivíduos? Por que o problema distributivo entre os cidadãos é menos grave do que o problema distributivo entre regiões? Por que a região está acima dos indivíduos? Ao ler o GTDN, ficam estas questões. Se lembrarmos que o Nordeste é a região que de longe apresenta a pior distribuição interpessoal de renda ficamos mais perplexos.<sup>14</sup> Em particular é possível imaginar experimento em que uma elevação da participação na renda da região nordeste reduza o bem estar dos nordestinos em comparação com uma situação de ausência de política regional. O motivo é que um ganho de renda na região nordeste, dada a péssima distribuição de renda encontrada nesta região, tem impacto muito pronunciado nos

---

<sup>10</sup> Sobre a criação da SUDENE e a confecção do GTDN, ver Furtado (1997, tomo II, caps. 3 a 5).

<sup>11</sup> *Revista Econômica do Nordeste*, Volume 28, número 4, p. 410.

<sup>12</sup> Uma maneira de saber se esta afirmação é verdadeira é verificar se os diferenciais regionais de remuneração do trabalho são maiores do que os diferenciais regionais de remuneração do capital. Caso verdade tem-se uma indicação indireta de maior mobilidade interregional do capital.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 387. Ênfase minha.

<sup>14</sup> Ver Barros, Mendonça e Duarte (1997).

nordestinos ricos. Uma elevação de renda no sudeste tem um impacto mais acentuado nos salários dos trabalhadores mais pobres, dada a melhor distribuição de renda encontrada nesta região, acarretando por meio de migração, impacto sobre o bem estar dos nordestinos pobres. É possível que o efeito líquido sobre o bem estar dos nordestinos seja maior neste segundo caso.

Desta forma, a simples observação de que o diferencial de renda entre o nordeste e o sudeste reduziu-se não garante que a política regional fora bem sucedida. Por outro lado, mesmo sob a hipótese que tenha havido crescimento com elevação do bem estar da população nordestina, não é verdade que a política tenha sido bem sucedida. É necessário mostrar que, dado o custo de oportunidade do recurso público, um emprego alternativo não produziria maior elevação de bem estar. Isto é, a análise da eficácia das políticas regionais tem que levar em consideração o benefício mas também o custo destas. Esta verdade óbvia escapa de muitos entusiastas da política regional, que sempre apontam a redução da renda relativa entre as regiões como um indicador do sucesso das mesmas. É indicador do benefício. O sucesso mede-se pela distância entre o benefício e o custo.

## REFERÊNCIAS

- Barro, R. e Sala-I-Martin, X. (1995). *Economic Growth*, McGraw Hill.
- Barros, R.P. e Lam, D. (1996). "Income and Educational Inequality and Children's Schooling Attainment" em *Opportunity foregone: education in Brazil*. Washington: Inter-American Development Bank.
- Barros, R. P., Mendonça, R. S. P. (1997). "Os determinantes da desigualdade no Brasil." Programa de seminários acadêmicos do IPE/USP. Seminário número 22/97-02/10/97.
- Barros, R. P., Mendonça, R. S. P., Duarte, R. P. N. (1997). "Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais." Texto para discussão número 454, IPEA.
- Furtado, C. (1997). *Obra autobiográfica*. Paz e Terra.
- Krugman, P. (1991). *Geography and trade*. The MIT Press.
- Razin, A. e Yuen, C. (1997). "Income convergence within an economic union: the role of factor mobility and coordination.", *Journal of Public Economics*, 66, 225-245.
- Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, n. 4, out./dez.
- Savedoff, W. D. (1990). "Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda." *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 3, dezembro.